Docusign Envelope ID: 08B8347F-5B68-874A-80E0-23980666632B

DLOCAL BRASIL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ nº 25.021.356/0001-32

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A., relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2025, as quais seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). **Resultado e Patrimônio Líquido:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Lucro líquido da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. foi de R$ 46 milhões; **Ativos e Passivos:** Os Ativos totalizaram R$ 1.327 milhões e estão substancialmente formados por R$ 779,5 milhões em valores a receber, R$ 226,4 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R$ 9,6 milhões de títulos e valores mobiliários; Os Passivos totalizaram R$ 1.136 milhões e estão substancialmente formados por R$ 906,9 milhões em transações processadas a serem pagas aos nossos clientes e saldos em depósitos em moeda eletrônica. Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e da norma brasileira CPC 48. **São Paulo, 27 de maio de 2026.**

A Administração

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

Ativo	nota	31 de dezembro de 2025
Ativos Financeiros		**226.353**
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.353
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**9.621**
Títulos e valores mobiliários	5	9.621
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		**1.063.256**
Valores a receber	6	779.458
Partes relacionadas	10	282.961
Outros valores a receber		837
Outros Ativos		**27.834**
Depósitos judiciais e cauções		1.664
Ativos fiscais	7	9.982
Despesas antecipadas	8	12.890
Imobilizado de uso		3.298
Total do ativo		**1.327.064**

Passivo e patrimônio líquido	nota	31 de dezembro de 2025
Passivos Financeiros Ao custo amortizado		**1.033.913**
Depósitos em moeda eletrônica	11	154.857
Contas a pagar	11	752.023
Partes relacionadas	10	127.034
Outros Passivos		**101.783**
Fornecedores		25.835
Obrigações sociais e trabalhistas		10.441
Provisão para processos judiciais	19	3.166
Obrigações Fiscais	9	50.837
Dividendos a Pagar	12	11.504
Patrimônio líquido		
Capital social	12	59.000
Reserva legal	12	11.800
Reserva estatutária		120.568
Total do patrimônio líquido		**191.368**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.327.064**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Em milhares de reais

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do Semestre/exercício	30.963	46.016
Ajustes por:		
Depreciações	470	856
Provisão para contingências	(191)	330
	31.242	**47.202**
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) em Valores a receber	(189.863)	(342.527)
Redução (Aumento) em Ativos fiscais	2.094	24.580
Redução (Aumento) em Partes relacionadas (ativo)	144.845	(90.208)
Redução (Aumento) em Outros valores a receber	581	(176)
Redução (Aumento) em Depósitos (caução, garantia e judicial)	(281)	(1.124)
Aumento (Redução) em Depósitos em moeda eletrônica	59.272	67.760
Aumento (Redução) em Contas a pagar	129.842	310.193
Aumento (Redução) em Obrigações sociais e trabalhistas	3.010	(4.149)
Aumento (Redução) em Fornecedores	16.461	16.587
Aumento (Redução) em Partes relacionadas (passivo)	(104.286)	127.034
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	10.354	(8.637)
IRPJ e CSLL pagos	118	118
Despesas antecipadas	4.296	(12.890)
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários - Salvaguarda	120.730	82.123
Caixa líquido proveniente/(aplicado) das atividades operacionais	**228.415**	**215.884**
Adições de imobilizado	(862)	(1.751)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(862)**	**(1.751)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de Dividendos	(58.000)	(58.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(58.000)**	**(58.000)**
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**169.553**	**156.133**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercício	56.800	70.220
No final do semestre/exercício	226.353	226.353
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**169.553**	**156.133**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receita operacional líquida	14	249.218	436.089
Custo dos serviços prestados	15	(193.713)	(331.170)
Lucro Bruto		**55.505**	**104.919**
Despesas administrativas e gerais	16	(33.717)	(68.678)
Outras despesas/receitas operacionais	19	8.818	8.352
Lucro operacional		**30.606**	**44.593**
Receitas financeiras	17	17.965	27.553
Despesas financeiras	17	(3.741)	(4.706)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**14.224**	**22.847**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**44.830**	**67.440**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(14.550)	(22.166)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	683	742
Lucro líquido semestre/exercício		**30.963**	**46.016**
Quantidade de ações (mil)		59.000	59.000
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre por ação (em R$)		0,52	0,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Em milhares de reais

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	30.963	46.016
Total do Resultado Abrangente do semestre/exercício	**30.963**	**46.016**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais

	nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		59.000	11.286	130.755	-	201.041
Dividendos adicionais referentes a 2024		-	-	(44.185)	-	(44.185)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.016	46.016
Constituição de reservas	12d	-	514	33.998	(34.512)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(11.504)	(11.504)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**59.000**	**11.800**	**120.568**	**-**	**191.368**
Saldos em 30 de junho de 2025 (Reapresentado)		**59.000**	**11.800**	**147.384**	**-**	**216.094**
Dividendos adicionais referentes a 2024		-	-	(44.185)	-	(44.185)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	30.963	30.963
Constituição de reservas	12d	-	-	19.459	(19.459)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(11.504)	(11.504)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**59.000**	**11.800**	**120.568**	**-**	**191.368**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"ou"dLocal")**, com sede na Avenida Paulista, 1.374, 11º andar - Sala 11A137, Bela Vista, São Paulo - SP, foi constituída em 15 de junho de 2016. Como parte do processo de autorização de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil ("BACEN"), no mês de setembro de 2021, a Companhia foi convertida em uma Sociedade Anônima ("S.A.") de capital fechado. Em 17 de julho de 2023, a Companhia recebeu do BACEN a autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento nas modalidades de Emissora de Moeda Eletrônica e Iniciadora de Transação de Pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, atuou como Arranjo de Pagamento, Instituição de Pagamento e Facilitadora de Pagamento Internacional conforme definições do Banco Central do Brasil. A sua principal atividade econômica é a de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. A Companhia faz parte do Grupo dLocal, cuja atividade principal nos países onde está presente é a de Facilitadora de Pagamentos Internacional. O Grupo dLocal e as suas subsidiárias focam as suas atividades em facilitar pagamentos para "merchants" internacionais que oferecem produtos e serviços em mercados emergentes. A dLocal fornece soluções de pagamento dentro e fora de fronteiras e soluções de "marketplace" para "merchants" de comércio eletrônico de primeiro nível, assim como provedores de serviços de pagamento (PSP's) atuantes em mercados emergentes. A maioria dos pagamentos são efetuados por meio de meios de pagamento alternativos (APM's) devido à alta proporção de usuários que apresentam baixa bancarização. Estes usuários não têm acesso a cartões de crédito ou débito internacionais, o que dificulta a aquisição de bens e serviços por meios digitais em sites internacionais. A dLocal auxilia estas empresas de comércio eletrônico a coletar pagamentos de usuários finais e a efetuar pagamentos a pessoas físicas e jurídicas nesses mercados. O Grupo dLocal opera em vários países de forma a melhor atender seus clientes e apoiar seus planos de negócios futuros, sendo o Brasil um de seus principais mercados. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) Resolução CMN nº 4.818/2020 e do BACEN Resolução BCB nº 2/2020 e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo: • CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; • CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; • CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; • CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas; • CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; • CPC 24 - Evento Subsequente; • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 28 - Propriedade para Investimento; • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; • CPC 41 - Resultado por ação; • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; • CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Conforme as diretrizes do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, não estão sendo apresentadas informações para fins comparativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2026. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **2.2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2.2. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à definição das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros a valor justo e provisão para processos judiciais. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com vencimento menor do que 90 dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.5. Valores a receber:** As contas a receber de clientes, que são decorrentes da prestação de serviços de processamento de transações, são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 não houve perdas reconhecidas. De acordo com a Resolução BCB 352 utilizamos a metodologia de perdas simplificada. **2.2.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. **2.2.7. Imobilizado de uso:** Compreendido principalmente por seus equipamentos e computadores, demonstrados ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Período
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômico-futuros incorporados no ativo. **2.2.8. Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.2.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.2.10. Fornecedores:** Compreendido pelos valores a pagar de custos operacionais e despesas administrativas que ainda não tenham sido liquidadas ao encerramento do período de relatório. São compostos por faturas recebidas e ainda não pagas e por provisões de faturas ainda não recebidas, mas que sejam possíveis de estimar o seu valor final. O saldo de fornecedores não considera os valores de tarifas de processamento de transações que já se encontram líquidos nos valores a receber dos processadores. **2.2.11. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.12. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos contingentes e provisão para processos judiciais e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) provisão para processos judiciais é registrada quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os processos judiciais avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **2.2.13. Capital social:** As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido. **2.2.14. Receita operacional:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Companhia concentra-se na atividade de processamento de transações de operadores de comércio eletrônico, assina contratos com os seus clientes, nos quais são identificadas obrigações de desempenho. A Companhia reconhece as comissões por serviços prestados no mês da prestação do serviço, pelo valor cobrado ao cliente pelas transações processadas. A Companhia não possui contratos em que o período decorrido entre a transferência dos serviços e o pagamento do cliente seja superior a um ano. Portanto, a Companhia não ajusta o valor nominal da operação para reconhecer o valor do dinheiro ao longo do tempo. **2.2.15. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial, juros operacionais e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas bancárias, descontos concedidos, variações cambiais e juros sobre os empréstimos. **2.2.16. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira (dólar e euro) são convertidas para a respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.2.17. Instrumentos financeiros:** Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Valor Justo no Resultado e custo amortizado. **(I) Avaliação do modelo de negócios:** De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: • Obter fluxos de caixa contratuais; • Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou • Outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. **(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste"):** Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. **(III) Custo Amortizado ("CA"):** Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda são registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". **(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"):** Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores. **Passivo Financeiro:** Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução BCB nº 352/2023, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como «valor justo por meio do resultado» ou designado como tal, como abaixo: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; • Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; • Contratos Híbridos. **3. Novas normas contábeis aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025:** Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682, a Resolução CMN nº 3.533, a Circular nº 3.068. Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não tivemos impacto na Companhia. **Normas ainda não vigentes: Contabilização de *Hedge:*** Conforme estabelecido nas RES. BCB nº 352/2023, as novas regras para contabilidade de hedge, entrarão para o exercício de 2027. Não são esperados impactos significativos da adoção desta norma. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **4. Reapresentação de saldos comparativos: a) Receita por processamento de transações parceladas:** De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em 2025 foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados à receita por processamento de transações parceladas da Dlocal Brasil, no montante de R$ 97.995, dos quais R$ 32.283 referem-se ao exercício de 2023, R$ 36.667 ao exercício de 2024 e R$ 29.045 ao 1º semestre de 2025, antes dos efeitos dos impostos relacionados à essa receita (ISS, PIS e COFINS), efeitos de impostos relacionados ao lucro auferido nesses períodos (IRPJ e CSLL). Devido a estes ajustes, estamos reapresentando os saldos. Após revisão dos critérios de reconhecimento e classificação, não foram identificados indícios de que o mesmo tipo de inconsistência afete outras receitas. Ainda assim, foram reforçados os controles internos e os procedimentos de revisão para mitigar o risco de recorrência em períodos futuros. A referida correção impactou o patrimônio líquido inicial das informações financeiras divulgadas nessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações financeiras individuais de 30 de junho de 2025, 31 de dezembro de 2023 e 2024, apresentadas nessa nota explicativa, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Atualmente, no que tange à estrutura contratual adotada pela dLocal, os acordos são, em uma primeira camada, firmados entre a sociedade da dLocal que está no estrangeiro e os clientes (Merchants). Essa estrutura se deve às capacidades da dLocal estrangeira em firmar contratos com merchants cuja matriz está no exterior. Em uma segunda camada contratual, ocorre a extensão para a entidade local da dLocal (dLocal Brasil), e a entidade local do merchant, se aplicável, em um contrato tripartite. Em revisão interna conduzida pela administração, em convergência com as conclusões dos auditores independentes, identificou-se que as receitas decorrentes de transações de cartão de crédito parceladas, vinham sendo reconhecidas na sociedade estrangeira da dLocal, e não na dLocal Brasil, entidade responsável pela efetiva prestação dos serviços de processamento de pagamentos no País. Considerando a estrutura contratual tripartite adotada, concluiu-se que a alocação tecnicamente mais adequada dessas receitas deve ocorrer no nível da dLocal Brasil, motivo pelo qual estão sendo efetuadas reclassificações com efeitos sobre as informações financeiras relativas aos períodos anuais e semestrais findos entre 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025 inclusive, bem como os correspondentes recolhimentos tributários. Os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, divulgados nessas demonstrações financeiras, consideram os ajustes de representação referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, apresentados nas tabelas abaixo. Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial (reapresentação) - Em milhares de reais

	Originalmente apresentado 31 de dezembro de 2023	Ajustes	Reapresentado 31 de dezembro de 2023	Originalmente apresentado 31 de dezembro de 2024	Ajustes	Reapresentado 31 de dezembro de 2024	Originalmente apresentado 30 de junho de 2025	Ajustes	Reapresentado 30 de junho de 2025
Ativo									
Ativo circulante									
Partes relacionadas	16.593	28.086	44.679	141.708	51.045	192.753	376.761	51.045	427.806
Total do ativo circulante	**1.078.166**	**28.086**	**1.106.252**	**774.432**	**51.045**	**825.477**	**1.154.925**	**51.045**	**1.205.970**
Ativo não circulante									
Ativos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	14.279	(2.085)	12.194
Total do ativo não circulante	**1.236**	**-**	**1.236**	**4.454**	**-**	**4.454**	**35.753**	**(2.085)**	**33.668**
Total do ativo	**1.079.402**	**28.086**	**1.107.488**	**778.886**	**51.045**	**829.931**	**1.190.678**	**48.960**	**1.239.638**
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Contingências							3.303	54	3.357
Partes relacionadas	4.198	(4.198)	-	17.906	(17.906)	-	278.269	(46.951)	231.318
Obrigações fiscais	50.900	16.354	67.253	30.023	29.451	59.474	1.271	39.212	40.483
Total do passivo circulante	**962.216**	**12.156**	**974.372**	**617.345**	**11.545**	**628.890**	**1.031.229**	**(7.685)**	**1.023.544**
Total do passivo	**962.216**	**12.156**	**974.372**	**617.345**	**11.545**	**628.890**	**1.031.229**	**(7.685)**	**1.023.544**
Patrimônio líquido									
Capital social	36.000	-	36.000	59.000	-	59.000	59.000	-	59.000
Reserva legal	6.802	398	7.200	9.710	1.576	11.286	9.710	2.090	11.800
Reserva estatutária	74.384	15.532	89.916	92.831	37.924	130.755	90.740	54.554	145.294
Total do patrimônio líquido	**117.186**	**15.930**	**133.116**	**161.541**	**39.500**	**201.041**	**159.450**	**56.644**	**216.094**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.079.402**	**28.086**	**1.107.488**	**778.886**	**51.045**	**829.931**	**1.190.679**	**48.960**	**1.239.638**

Demonstração do resultado (reapresentação) - Em milhares de reais

	nota	Originalmente apresentado 01/01 a 31/12/2023	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 31/12/2023	Originalmente apresentado 01/01 a 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 31/12/2024	Originalmente apresentado 01/01 a 30/06/2025	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 30/06/2025
Receita operacional líquida		358.305	28.652	374.235	354.710	32.542	387.252	161.094	25.777	186.871
Custo dos serviços prestados		(206.806)	-	(206.806)	(203.716)	-	(203.716)	(137.457)	-	(137.457)
Lucro Bruto		**151.499**	**28.652**	**167.429**	**150.994**	**32.542**	**183.536**	**23.637**	**25.777**	**49.414**
Lucro operacional		**110.147**	**28.652**	**126.077**	**85.642**	**32.542**	**118.184**	**(11.790)**	**25.777**	**13.987**
Receitas financeiras		57.974	-		50.793		50.793	9.587	-	9.587
Despesas financeiras		(39.569)	(3.849)	(43.418)	(50.718)	(2.131)	(52.849)	(965)	-	(965)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**18.405**	**(3.849)**	**14.556**	**75**	**(2.131)**	**(2.056)**	**8.622**	**-**	**8.622**
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da contribuição social		**128.552**	**24.803**	**153.355**	**85.717**	**30.411**	**116.128**	**(3.168)**	**25.777**	**22.609**
Impostos de renda e contribuição social correntes		(45.148)	(8.873)	(54.021)	(28.982)	(6.841)	(35.823)	-	(7.615)	(7.615)
Impostos de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	1.435	-	1.435	1.077	(1.018)	59
Lucro (prejuízo) líquido semestre/exercício		**83.404**	**15.930**	**99.334**	**58.170**	**23.570**	**81.740**	**(2.091)**	**17.144**	**15.053**
Quantidade de ações (mil)		36.000		36.000	59.000		59.000	59.000		59.000
Lucro líquido por ação (em R$)		2,32		2,76	0,99		1,39	(0,04)		0,26

Demonstração do resultado abrangente (reapresentação) - Em milhares de reais

	Originalmente apresentado 01/01 a 31/12/2023	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 31/12/2023	Originalmente apresentado 01/01 a 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 31/12/2024	Originalmente apresentado 01/01 a 30/06/2025	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 30/06/2025
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício	83.404	15.930	99.334	58.170	23.570	81.740	(2.091)	17.144	15.053
Total do Resultado Abrangente do semestre/exercício	**83.404**	**15.930**	**99.334**	**58.170**	**23.570**	**81.740**	**(2.091)**	**17.144**	**15.053**

Demonstração dos fluxos de caixa (reapresentação) - Em milhares de reais

	nota	Originalmente apresentado 01/01 a 31/12/2023	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 31/12/2023	Originalmente apresentado 01/01 a 31/12/2024	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucro líquido do exercício		83.404	15.930	99.334	58.170	23.570	81.740
Ajustes por:							
Depreciações e amortizações		244	-	244	508	-	508
Provisão para contingências		2.847	-	2.847	(25)	-	(25)
		86.495	**15.930**	**102.425**	**58.653**	**23.570**	**82.223**
Variações nos ativos e passivos							
Redução (Aumento) em Valores a receber		(109.087)	-	(109.087)	103.963	-	103.963
Redução (Aumento) em Ativos fiscais		(10.392)	-	(10.392)	(1.697)	-	(1.697)
Redução (Aumento) em Partes relacionadas (ativo)		(15.046)	(28.086)	(43.132)	(125.115)	(22.960)	(148.074)
Redução (Aumento) em Outros valores a receber		327	-	327	(148)	-	(148)
Redução (Aumento) em Depósitos (caução, garantia e judicial)		339	-	339	(389)	-	(389)
Aumento (Redução) em Depósitos em moeda eletrônica		403.295	-	403.295	(316.199)	-	(316.199)
Aumento (Redução) em Contas a pagar		(158.807)	-	(158.807)	(27.188)	-	(27.188)
Aumento (Redução) em Obrigações sociais e trabalhistas		3.401	-	3.401	8.609	-	8.609
Aumento (Redução) em Fornecedores		5.797	-	5.797	3.095	-	3.095
Aumento (Redução) em Partes relacionadas (passivo)		(12.966)	(4.198)	(17.164)	13.708	(13.708)	-
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais		21.861	16.354	38.215	(39.551)	13.097	(26.454)
IRPJ e CSLL pagos		12.693	-	12.693	18.674	-	18.674
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários - Salvaguarda		(131.523)	-	(131.523)	39.779	-	39.779
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**96.387**	**-**	**96.387**	**(263.806)**	**-**	**(263.806)**
Adições de imobilizado		(384)	-	(384)	(1.825)	-	(1.825)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(384)**	**-**	**(384)**	**(1.825)**	**-**	**(1.825)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
Pagamento de Dividendos		(9.649)	-	(9.649)	(19.809)	-	(19.809)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(9.649)**	**-**	**(9.649)**	**(19.809)**	**-**	**(19.809)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**86.354**	**-**	**86.354**	**(285.440)**	**-**	**(285.440)**
Caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício		269.306	-	269.306	355.660	-	355.660
No final do exercício		355.660	-	355.660	70.220	-	70.220
		86.354	**-**	**86.354**	**(285.440)**	**-**	**(285.440)**

Demonstração dos fluxos de caixa (reapresentação) - Em milhares de reais

	Originalmente apresentado 01/01 a 30/06/2025	Ajustes	Reapresentado 01/01 a 30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do Semestre	(2.091)	17.144	14.922
Ajustes por:			
Depreciações e amortizações	386		386
Provisão para contingências	138		138
	(1.567)	**17.144**	**15.577**
Variações nos ativos e passivos			
Redução (Aumento) em Valores a receber	(152.664)		(152.664)
Redução (Aumento) em Ativos fiscais	19.334	3.152	22.486
Redução (Aumento) em Partes relacionadas (ativo)	(235.053)	-	(235.053)
Redução (Aumento) em Outros valores a receber	(757)		(757)
Redução (Aumento) em Depósitos (caução, garantia e judicial)	(843)		(843)
Aumento (Redução) em Depósitos em moeda eletrônica	8.488		8.488
Aumento (Redução) em Contas a pagar	180.351		180.351
Aumento (Redução) em Obrigações sociais e trabalhistas	(7.159)		(7.159)
Aumento (Redução) em Fornecedores	126		126
Aumento (Redução) em Contingências	329	54	383
Aumento (Redução) em Partes relacionadas (passivo)	260.362	(29.044)	231.318
Aumento (Redução) em Obrigações fiscais	(28.752)	9.761	(18.991)
IRPJ e CSLL pagos	1.066	(1.066)	-
Aumento (Redução) em Despesas antecipadas	(17.186)		(17.186)
Redução (Aumento) em Títulos e valores mobiliários - Salvaguarda	(38.607)		(38.607)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(12.531)**		**(12.531)**
Adições de imobilizado	(889)		(889)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(889)**		**(889)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de Dividendos	-		-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**-**		**-**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(13.420)**		**(13.420)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre	70.220		70.220
No final do semestre	56.800		56.800
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(13.420)**		**(13.420)**

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixa e equivalentes de caixa são representados pelas modalidades de CDB e fundos de investimentos em renda fixa, sendo estas aplicações de liquidez imediata realizadas automaticamente pelas instituições financeiras, com remuneração percentual próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, também, por aplicações compromissadas lastreadas em títulos públicos. Nas tabelas abaixo, demonstramos as aberturas das disponibilidades e aplicações segregadas por remuneração e prazo de vencimento dos títulos:

	31/12/2025
Disponibilidades	
Em moeda nacional	63.225
	63.225
Aplicações CDBs	16
Aplicações Fundos de Investimentos	163.111
	163.128
Total de caixa e equivalentes de caixa	**226.353**

Aplicações equivalentes de caixa:	Faixa de vencimento 0 - 360	Acima de 361	Indefinido	2025 Total
CDBs				
CDBs - 100% do DI	-	16	-	16
Total	**-**	**16**	**-**	**16**
Aplicações automáticas				
Conta remunerada aporte CME			161.415	161.415
Santander Contamax	-	-	938	938
Itaú Aplicação Automática Mais	-	-	759	759
Total	**-**	**-**	**163.111**	**163.111**

Os CDBs possuem liquidez diária e são utilizados para gestão de caixa da Companhia, desta forma, estão classificados no ativo circulante da Companhia (Caixa e equivalentes de caixa). **6. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de títulos e valores mobiliários são demonstrados abaixo:

Ao valor justo por meio do resultado:	31/12/2025
Títulos públicos	9.621
	9.621

A composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários são demonstrados conforme abaixo:

	Faixa de Vencimento 0 - 360	31/12/2025 Valor justo	Valor de Custo
Títulos públicos			
LFT	9.621	9.621	9.621
Total	**9.621**	**9.621**	**9.621**

7. Valores a receber:	31/12/2025
Ao custo amortizado:	**779.458**
Clientes nacionais	750.033
Transações processadas a receber	29.893
PECLD	(469)

Os valores a receber de clientes nacionais são provenientes de serviços prestados relativos a processamento de pagamentos. As transações processadas a receber referem-se aos valores a receber de adquirentes decorrentes das transações de pagamento processadas. No exercício de 2025 foram realizadas cessões de recebíveis, sem coobrigação, com objetivo de antecipar o fluxo de recebimento com processadores e efetuar o pagamento antecipado aos clientes, no montante de R$ 4.706.938 o que gerou uma despesa de R$ 110.171, conforme descrito na nota explicativa14.

8. Ativos fiscais:	31/12/2025
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (i)	175
IRPJ e CSLL antecipados no exercício (ii)	118
Outros	1.126
PIS e COFINS (iii)	1.698
Créditos tributários decorrentes de saldos negativos IRPJ e CSLL (iv)	4.688
IRPJ e CSLL diferidos (v)	2.177
	9.982

(i) O IRRF a recuperar tem sua origem nas retenções ocorridas no resgate de aplicações financeiras e nas retenções efetuadas por clientes nos pagamentos realizados para a Companhia; **(ii)** O IRPJ e a CSLL antecipados no exercício têm sua origem nas antecipações mensais efetuadas/recolhidas pela Companhia durante o exercício; **(iii)** O PIS e a COFINS a recuperar têm sua origem nos créditos apurados a partir dos insumos utilizados pela Companhia na prestação de seus serviços; **(iv)** Créditos tributários decorrentes de saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, a serem compensados com tributos federais; **(v)** Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos decorrem de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa. **9. Despesas antecipadas:** Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de despesas antecipadas de R$ 12.890 é representado por valores de custos de processamento já pagos aos processadores e que, decorrente de novas condições comerciais negociadas, serão compensados nos valores de custos de processamento futuros ao decorrer dos próximos 24 meses.

10. Obrigações fiscais:	31/12/2025
ISS a recolher	3.829
IRPJ a recolher	21.777
CSLL a recolher	11.309
PIS a recolher	2.387
COFINS a recolher	10.968
Outros impostos	567
	50.837

11. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentados abaixo:

Ativo circulante	31/12/2025
Contas a Receber	
DLocal Limited (i)	239
DLocal LLP (i)	100.167
DLocal Corp (i) (iii)	2.064
Demerge (ii) (iii)	126.368
Webpay (ii)	53.306
Dlocal OpCo UK Ltd	817
Outros	-
Total	**282.961**
Passivo circulante	**31/12/2025**
Contas a pagar	
DLocal Limited (i)	(2.736)
Dlocal Corp (i)	(41.033)
DLocal Tech (i)	(131)
Demerge Brasil (ii)	(541)
Dlocal UK	(82.594)
Total	**(127.034)**

Resultado	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receita de prestação de serviços		
DLocal LLP (i)	1.267	2.266
DLocal Limited (i)	2.192	5.672
Dlocal OpCo UK Ltd	817	817
DLocal Corp (i)	3.854	11.298
Demerge Chile (i)	2.298	3.846
Sub-total - Exterior	**10.428**	**23.900**
Demerge Brasil (ii)	1.287	2.468
Webpay Brasil (ii)	10	15
Sub-total - País	**1.297**	**2.484**
Total	**11.725**	**26.383**

(i) Empresas do Grupo dLocal localizadas em outros países, que possuem o mesmo controlador final. (ii) Empresa do Grupo dLocal localizada no Brasil, que possui o mesmo controlador final. Valor se refere à: no ativo ao contas a receber decorrente do convênio de rateio de custos firmado entre as empresas e no passivo ao saldo a pagar referente ao processamento de transações por PIX para a Demerge Brasil e Webpay Brasil. (iii) Referem-se ao valor a receber pelo processamento de transações realizadas para essas entidades do grupo dLocal, calculados conforme descrito abaixo. As transações envolvendo partes relacionadas são decorrentes de contratos globais firmados pela controladora ou por coligadas, cuja prestação de serviços ocorre no Brasil. Nesse contexto, são realizados rateios globais para apuração da receita de prestação de serviços de cada unidade, sendo apurado ao Brasil o acréscimo de 7,14% de seus custos totais, conforme demonstrado a seguir. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições específicas definidas entre as partes, as quais podem diferir das condições normais de mercado.

Cálculo de apuração das receitas com partes relacionadas no exterior	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Custos (1)	8.686	20.032
Despesas (2)	1.048	2.275
Markup médio de 7,14% sobre os custos e despesas - (1+2)*7,14% (3)	695	1.593
Total (1+2+3)	**10.428**	**23.900**

12. Depósitos em moeda eletrônica e contas a pagar: As contas a pagar operacionais são provenientes dos repasses a serem efetuados decorrente da intermediação de pagamentos e saldos de depósitos em moeda eletrônica. Os saldos são inicialmente recebidos pela Companhia que posteriormente efetua o repasse aos clientes. As liquidações geralmente ocorrem num prazo de 20 dias, ou no início do mês subsequente. O montante demonstrado a seguir engloba: (i) as transações que já foram processadas e aguardam o recebimento dos processadores; (ii) as transações já recebidas dos processadores e que aguardam o pagamento aos clientes, conforme prazos definidos nos contratos de prestação de serviços e (iii) saldos depositados em contas de pagamento pré-pagas (saldo de moeda eletrônica).

	31/12/2025
Ao custo amortizado:	
Depósitos em moeda eletrônica	154.857
Remessas de numerários a pagar	748.150
Outros valores a pagar	3.873
	906.880

13. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 59.000, dividido em 59.000.000 de ações com valor nominal de R$ 1,00 (um Real cada ação). A composição societária apresenta-se da seguinte forma:

Acionista / Quotista	31/12/2025 Quantidade de ações	R$
DLocal Brasil Holding Financeira Ltda	58.999.980	58.999.980
DLocal Markets Ltd.	20	20
Total	**59.000.000**	**59.000.000**

b) Dividendos: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios é de R$ 11.504. Em 08 de setembro de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2024, no montante de R$ 58.000, sendo R$ 13.815 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios e 44.185 aprovados como dividendos adicionais. O pagamento foi realizado em 22 de dezembro de 2025. **c) Reserva Estatutária:** A reserva estatutária, nos termos do art. 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 198 de 11 de março de 2022, ou a norma que vier a substituí-la: (i) terá a finalidade de manter, em conjunto com as demais contas, o patrimônio líquido da Companhia ajustado suficiente ao atendimento das exigências de capital mínimo regulatório; (ii) receberá, anualmente, a parcela de lucros líquidos suficiente para que o patrimônio líquido da Sociedade cumpra com o inciso (i) acima; e (iii)não poderá exceder, em conjunto com os demais saldos de reservas, 100% do capital social subscrito. **d) Reserva Legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurada em cada exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Reserva Legal é de R$ 11.800. A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRip) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025, destinado à cobertura dos riscos associados: I - Aos serviços de pagamento prestados; e II - Às demais atividades exercidas. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio de referência é de R$ 122.884. Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R$ 59.917.

14. Receita operacional líquida:	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receita de prestação de serviços - nacionais	228.316	395.139
Receita de prestação de serviços - exterior (i)	38.968	65.191
Receita de prestação de serviços - exterior (empresas ligadas) (nota 9)	10.428	23.897
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados e deduções	(28.494)	(48.138)
	249.217	**436.089**

(i) Receitas referentes à prestação de serviços de processamento de pagamento com clientes nacionais e internacionais.

15. Custos dos serviços prestados:	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Custos com processadores (a)	(131.773)	(224.899)
Custos com antecipação de recebíveis	(69.954)	(110.171)
Custos de serviços de terceiros (b)	8.014	3.900
	(193.713)	**(331.170)**

a) Custos com processadores - Refere-se aos custos incorridos no processamento de transações de pagamento com outras instituições de pagamento e instituições financeiras. **b) Custos de serviços de terceiros -** Refere-se a outros custos operacionais relacionados a hospedagem de site e de sistemas operacionais, serviços de telecomunicação etc.

16. Despesas administrativas e gerais:	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Pessoal e administradores	(24.104)	(51.831)
Serviços de terceiros (a)	(6.691)	(12.234)
Provisão para processos judiciais (b)	(1.252)	(1.656)
Tributos e contribuições	(93)	(144)
Aluguéis	(237)	(451)
Depreciação	(470)	(856)
Outras despesas	(870)	(1.506)
	(33.717)	**(68.678)**

a) Serviços de terceiros - Esta rubrica é composta por serviços prestados de consultoria jurídica, auditoria e processamento de dados. **b) Provisão para processos judiciais** - Esta rubrica contém o efeito da exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS e ações cíveis.

17. Resultado financeiro:	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros	17.965	26.510
Variação cambial ativa	-	1.043
	17.965	**27.553**
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(432)	(462)
Tarifas bancárias	(524)	(1.017)
Juros e descontos concedidos	(1.951)	(1.996)
Imposto sobre receita financeira	(834)	(1.231)
	(3.742)	**(4.707)**
Resultado financeiro	**14.224**	**23.847**

18. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: 18.1. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:

	01/01 a 31/12/2025
Lucro antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	67.440
Alíquota fiscal vigente	34%
Impostos à alíquota vigente	**(22.929)**
(+) Adições permanentes/temporárias	(2.224)
Provisão de fornecedores	(459)
Provisão de contingências	(1.076)
Perdas Operacionais	(47)
Outros	(642)
Exclusões permanentes/temporárias	2.988
Provisão de fornecedores	471
Provisão de contingências	964
Outros	1.553
Prejuízo fiscal e base negativa	-
Imposto de renda e contribuição social corrente (no resultado)	**(22.166)**
Imposto de renda e contribuição social diferido (no resultado)	**742**
Total de despesa de imposto social e da contribuição social	**(21.424)**

18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa para o exercício de 2025. **18.3. Revisão da apuração de tributos:** De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS). Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias. A Administração, suportada por seus assessores legais, considera que o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram devidamente recolhidos ou provisionados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **18.4. Realização do crédito tributário:** A mensuração e reconhecimento dos ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos tem como premissa o histórico de lucros e receitas tributáveis, para fins de IRPJ e CSLL, em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, bem como a expectativa de geração de lucros e receitas tributáveis futuras, para fins de IRPJ e CSLL, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisões para ações cíveis serão realizados, principalmente, nos próximos 2 anos. Os créditos ações fiscais, serão realizados nos próximos 3 anos. E, os créditos tributários sobre provisões para pagamentos a fornecedores, serão realizados em até 1 ano.

Composição dos saldos de ativo fiscal diferido:	Base de cálculo	Créditos tributários em 31/12/2025
Contribuição social		
Provisão para Fornecedores	1.349	121
Provisão para Ações Cíveis	596	54
Provisão para Ações Fiscais	2.570	232
PECLD	469	42
Business Assurance	1420	128
Total de Contribuição Social	**6.404**	**576**
Imposto de Renda		
Provisão para Fornecedores	1.349	337
Provisão para Ações Cíveis	596	149
Provisão para Ações Fiscais	2.570	643
PECLD	469	117
Business Assurance	1420	355
Total de Imposto de Renda	**6.404**	**1.601**
Total de créditos tributários	**-**	**2.177**

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido:

	2025	2026	2027	Total
Contribuição social				
Provisão para Fornecedores	121	-	-	121
Provisão para Ações Cíveis	54	59	-	113
Provisão para Ações Fiscais	230	-	179	409
PECLD	42	-	-	42
Total de Contribuição Social	**447**	**59**	**179**	**685**
Imposto de Renda				
Provisão para Fornecedores	202	-	-	202
Provisão para Ações Cíveis	89	165	-	254
Provisão para Ações Fiscais	383	-	497	880
PECLD	70	-	-	70
Total de Imposto de Renda	**745**	**165**	**497**	**1.406**
Total de créditos tributários	**1.192**	**224**	**675**	**2.092**
Valor presente dos créditos tributários	**1.037**	**209**	**630**	**1.876**

Nesse modelo, os valores do crédito tributário foram trazidos a valor presente utilizando a Taxa Selic 15% ao ano (consultado no site do BACEN), sendo seu valor total de R$ 1.876.

Continua

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 27/05/2026 22:20:17 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://www.diariodenoticias.com.br

Docusign Envelope ID: 08B8347F-5B68-874A-80E0-23980666632B

Continuação

19. Outras despesas/receitas operacionais:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais (a)	7.801	8.070
	7.801	**8.070**
Outas despesas operacionais		
Perdas operacionais	(138)	(138)
PECLD	(469)	(469)
Despesas operacionais diversas (b)	1.624	889
	1.017	**282**
Outras despesas/receitas operacionais	**8.818**	**8.352**

a) Outras receitas operacionais - Valores de cobranças relacionadas a variação de volume processado e demais serviços prestados aos clientes. **b) Despesas operacionais diversas -** Inclui os valores referentes a gastos com despesas diversas, relacionadas a operação, como serviços de tradução, sistemas e call center. **20. Provisão para processos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrada provisão para processos judiciais de natureza cível, relacionadas a reclamações de usuários finais por problemas que ocorreram no processo de compra relacionados a mercadoria não entregue, entrega de produto incorreto etc., com risco de perda provável no montante de R$ 3.166.

Movimentação	**01/01 a 31/12/2025**
Saldo inicial	**2.836**
Constituição	2.747
Reversão (-)	(2.417)
Saldo final	**3.166**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía processos avaliados com risco de perda possível por seus assessores jurídicos. **21. Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou a contratação de derivativos. **21.1. Considerações sobre riscos:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	**Exposição**	**Metodologia utilizada para mensuração do impacto**	**Gestão**
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise do prazo de recebimento	Gestão de prazos de recebimento no faturamento internacional
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado - câmbio: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar dos Estados Unidos, principalmente, decorrente dos valores a receber referente aos serviços prestados a empresas do Grupo no exterior. A administração estabeleceu uma política de faturamento entre empresas do Grupo com o intuito de reduzir ao máximo o prazo de pagamento das faturas emitidas, reduzindo a exposição à variação das taxas de câmbio. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito da dLocal Brasil está restrito à exposição de recursos próprios mantidos em instituições financeiras. A dLocal Brasil, na qualidade de instituição de pagamento, não concede linhas de crédito a clientes, não realiza operações de crédito e não possui licença para tal atividade, conforme a regulação vigente do Banco Central do Brasil. O risco de contraparte decorre exclusivamente dos depósitos realizados em bancos e outras instituições financeiras, sendo aceitos apenas títulos e depósitos em entidades pertencentes a grandes grupos financeiros brasileiros e/ou internacionais, com reconhecida solidez e reputação. A exposição a cada instituição financeira é monitorada regularmente. Importante destacar que os valores de clientes são mantidos em contas de salvaguarda, segregadas do patrimônio da dLocal Brasil, em conformidade com a regulamentação aplicável. Esses recursos estão protegidos de qualquer risco relacionado à solvência da dLocal Brasil ou de terceiros, não sendo afetados por eventuais dificuldades financeiras da instituição. Dessa forma, o risco de crédito da dLocal Brasil está limitado à gestão prudente dos recursos próprios depositados em instituições financeiras de alta qualidade, não havendo exposição ao risco de crédito decorrente de operações com clientes ou fornecedores. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia é gerido pela tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de renda fixa, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R$ 172.749 representados por aplicações em CDBs de R$ 16 em aplicações automáticas em fundos de investimento em renda fixa (contas remuneradas) de R$ 163.111 e em títulos públicos não lastreados de R$ 9.621, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. **(d) Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **21.2. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a pagar:** O valor de mercado desses instrumentos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **22. Resultado não recorrente:** Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da dLocal e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve resultados não recorrentes. **23. Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria

Renata Alba - Diretora Executiva

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da dLocal Brasil Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamonos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.398.119/0001-50 - NIRE nº 35300656491

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026, ÀS 08:00 HORAS

DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, sala 7, Itaim Bibi, CEP 04530-001, São Paulo/SP, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15, de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei 6.404"), tendo em vista a participação de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **MESA:** Presidente: Juan-Gabriel Lopez Moreno; e Secretário: Wiliam Yuzo Akamine. **DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS:** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, todos previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário de Notícias em 28 de abril de 2025, tanto em versão física (páginas 12 e 13) quanto em versão digital ("Publicações"). **ORDEM DO DIA**: **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** as contas dos administradores da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer emitido pelo auditor independente da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e **(i.b)** a destinação do lucro do exercício de 2025; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre **(ii.a)** a ratificação da contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") como auditores independentes referente ao exercício social de 2025, **(ii.b)** a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026, e **(ii.c)** o orçamento anual da Companhia para o exercício de 2026. **DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes na Ordem do Dia. Após exame e discussão das matérias apresentadas pela diretoria da Companhia, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do Dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração da Companhia, , o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme Publicações; **(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 317.365.324,56 (trezentos e dezessete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 15.868.266,23 (quinze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos) serão destinados à **Reserva Legal**; **(i.b.ii)** R$ 72.996.052,47 (setenta e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos) foram destinados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, sendo que desse valor, R$ 11.410.406,39 (onze milhões, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e seis reais e trinta e nove centavos) ainda serão pagos; **(i.b.iii)** R$ 2.378.212,11 (dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e doze reais e onze centavos) serão pagos aos acionistas a título de **Dividendos**, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia; e **(i.b.iv)** R$ 226.122.793,75 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e vinte e dois mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) serão destinados à **Reserva de Lucros a Realizar**. **(ii)** em AGE: **(ii.a)** a ratificação da contratação da Deloitte com auditores independente referente ao exercício social de 2025, **(ii.b)** a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2026, conforme documento arquivado com a área de recursos humanos da Companhia e disponibilizados aos acionistas, e **(ii.c)** o orçamento anual para o exercício de 2026, conforme arquivado na sede da Companhia e disponibilizado aos acionistas. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA**: Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Juan-Gabriel Lopez Moreno, **Presidente;** Wiliam Yuzo Akamine**, Secretário;** Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora e gestora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; e Quantum Participações S.A., representada na forma do seu Estatuto Social, ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2026. **MESA: Gabriel Lopez Moreno** - Presidente da Mesa; **Wiliam Yuzo Akamine** - Secretário da Mesa. **ACIONISTAS: Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações** (representado pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.); **Quantum Participações S.A.** JUCESP nº 217.345/26-8 em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

QUANTUM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 28.367.479/0001-18 - NIRE 35.300.50723-1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2026, ÀS 07:00 HORAS

DATA, HORA E LOCAL: 30 de abril de 2026, às 07:00 horas, na sede da Quantum Participações S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais nº 52, 102, 111 e 112, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 ("Companhia"), por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das S.A."), tendo em vista a participação de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS:** Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, todos previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário de Notícias em 02 de abril de 2026, tanto em versão física (páginas 15 a 17) quanto em versão digital. **MESA:** Presidente: Juan-Gabriel Lopez Moreno; e Secretário: Wiliam Yuzo Akamine. **ORDEM DO DIA: (i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer emitido pelo auditor independente da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, **(i.b)** a absorção dos prejuízos acumulados pelo lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(i.c)** a destinação do saldo remanescente de referido lucro líquido; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre **(ii.a)** a ratificação da contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") como auditores independentes referente ao exercício de 2025, **(ii.b)** a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2026, e **(ii.c)** o orçamento anual para o exercício de 2026. **DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão das matérias apresentadas pela diretoria da Companhia, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do Dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i.i)** em AGO: **(i.i.a)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer emitido pelo auditor independente da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, **(i.i.b)** a absorção integral dos prejuízos acumulados da Companhia de anos anteriores, no montante de R$ 44.349.897,35 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos) pelo lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$90.242.451,25 (noventa milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 189 da Lei das S.A., restando, após tal absorção, o saldo de lucro líquido de R$ 45.892.553,90 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa centavos); e **(i.i.c)** a destinação do referido saldo do lucro líquido da seguinte forma: **(i.i.b.i)**: R$ 2.294.630,20 (dois milhões, duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta reais e vinte centavos) serão destinados à Reserva Legal; **(i.i.b.ii)**: R$ 10.899.493,43 (dez milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos) serão pagos aos acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios; e **(i.i.b.iii)**: R$ 32.698.480,28 (trinta e dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e oito centavos) serão destinados à Reserva de lucros a realizar. **(i.ii)** A renúncia expressa apresentada pelos acionistas titulares da totalidade das ações da Companhia, de forma voluntária, irrevogável e irretratável, ao recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios indicados no item 'i.i.b.ii', referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de2025, correspondentes a sua respectiva participação societária de modo que a parcela do lucro líquido a eles destinada seja integralmente destinada à reserva de lucros a realizar da Companhia. **(ii)** em AGE: **(ii.a)** a ratificação da contratação da Deloitte referente ao exercício social de 2025, **(ii.b)** a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2026, conforme documento arquivado com a área de recursos humanos da Companhia e disponibilizado aos acionistas, e **(ii.c)** o orçamento anual para o exercício de 2026, conforme arquivado na sede da Companhia e disponibilizado aos acionistas. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas**: Juan-Gabriel Lopez Moreno, **Presidente**; Wiliam Yuzo Akamine, **Secretário**. **Acionistas Presentes:** Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., e Marcos Pinto Almeida. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2026. **Mesa: Gabriel Lopez** Moreno - Presidente; **Wiliam Yuzo Akamine** - Secretário. JUCESP nº 217.959/26-0 em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19 - NIRE: 35300617011

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026, ÀS 08:30 HORAS

DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de abril de 2026, às 08:30 horas, na sede da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 955, 10º andar, sala 6, Itaim Bibi, CEP 04530-001, São Paulo/SP, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15, de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei 6.404"), tendo em vista a participação de todos os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **MESA:** Presidente: Juan-Gabriel Lopez Moreno; e Secretário: Wiliam Yuzo Akamine. **DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS:** As demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, todos previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário de Notícias em 24 de abril de 2026, tanto em versão física (páginas 20 a 21) quanto em versão digital ("Publicações"). **ORDEM DO DIA: (i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** as contas dos administradores da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer emitido pelo auditor independente da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e **(i.b)** a destinação do lucro do exercício de 2025; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre **(ii.a)** a ratificação da contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte") como auditores independentes referente ao exercício social de 2025, **(ii.b)** a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2026, e **(ii.c)** o orçamento anual da Companhia para o exercício de 2026. **DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes na Ordem do Dia. Após exame e discussão das matérias apresentadas pela diretoria da Companhia, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do Dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração da Companhia, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme Publicações;**(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 211.780.761,50 (d uzentos e onze milhões, setecentos e oitenta mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 2.406.987,25 (dois milhões, quatrocentos e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos) serão destinados à **Reserva Legal**; **(i.b.ii)** R$ 12.783.619,01 (doze milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e dezenove reais e um centavo) serão destinados à **Reserva de Incentivos Fiscais**; **(i.b.iii)** R$ 51.467.057,61 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) foram destinados ao pagamento de juros sobre o capital próprio, sendo que desse valor, R$ 3.934.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais) ainda serão pagos; e **(i.b.iv)** R$ 145.123.097,63 (cento e quarenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, noventa e sete reais e sessenta e três centavos) serão destinados à **Reserva de Lucros a Realizar**. **(ii)** em AGE: **(ii.a)** a ratificação da contratação da Deloitte como auditores independentes referente ao exercício social de 2025, **(ii.b)** a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2026, conforme documento arquivado com a área de recursos humanos da Companhia e disponibilizados aos acionistas, e **(ii.c)** o orçamento anual para o exercício de 2026, conforme arquivado na sede da Companhia e disponibilizado aos acionistas. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Juan-Gabriel Lopez Moreno, **Presidente**; Wiliam Yuzo Akamine, **Secretário**; Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora e gestora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; e Quantum Participações S.A. representada na forma do seu Estatuto Social, ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2026. **MESA: Gabriel Lopez Moreno** - Presidente da Mesa; **Wiliam Yuzo Akamine** - Secretário da Mesa. **ACIONISTAS: Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações** (representado pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.); **Quantum Participações S.A.** JUCESP nº 217.733/26-8 em 20/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Prefeitura Municipal de Limeira

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 92/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 900.096/2026 - PNCP ID: 45132495000140-1-000325/2026

O Município de Limeira torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 12/2026, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO LAR TEMPORÁRIO MUNICIPAL DE LIMEIRA/SP, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE BAIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS PARA ABRIGAR ANIMAIS RESGATADOS. A abertura da sessão pública ocorrerá em 08/07/2026, às 09h30, horário de Brasília, através do site www.bnc.org.br. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.bnc.org.br e https://www.limeira.sp.gov.br/licitacoes.

EDITAL Nº 81/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 900.339/2026 - PNCP ID: 45132495000140-1-000326/2026

O Município de Limeira torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 68/2026, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SEREM USADOS PELA SECRETARIA DE PROTEÇÃO DE ANIMAL, COMO CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS, ATENDIMENTO VETERINÁRIO A ANIMAIS ERRANTES, COMUNITÁRIOS E DE MUNÍCIPES, TRATAMENTO PREVENTIVO E CURATIVO AOS ANIMAIS INTERNADOS E TUTELADO. A abertura da sessão pública ocorrerá em 17/06/2026, às 09h30, horário de Brasília, através do site www.bnc.org.br. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.bnc.org.br e https://www.limeira.sp.gov.br/licitacoes.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

Secretaria Municipal de Administração

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na Prefeitura de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENXOVAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA.

DATA DA ABERTURA: 15.06.2026 ÀS 09:30 HORAS

O edital estará disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br.

Bragança Paulista, 26 de maio de 2026.
TATIANA CANQUERINI LEAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 Processo Adm: Nº 375/2026

Objeto: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E RAÇÕES.

Empresas vencedoras valor total: R$ 1.095.970,47 (um milhão e noventa e cinco mil e novecentos e setenta reais e quarenta e sete centavos): QUATRO HOSPITALAR LTDA (45241576000189) com os lotes: 6, 70 no valor total de R$ 922,80 (novecentos e vinte e dois reais e oitenta centavos). ANA CAROLINA DE PAIVA PAVAO 37532204855 (34061215000134) com os lotes: 16, 17, 57, 58, 59, 60, 82, 126, 127, 128 no valor total de R$ 80.158,65 (oitenta mil e cento e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos). COMERCIAL AGROPECUÁRIA SCARPARO LTDA (56780901000106) com os lotes: 136 no valor total de R$ 3.801,00 (três mil e oitocentos e um reais). FAROVET PRODUTOS VETERINARIOS LTDA (37054879000164) com os lotes: 1, 9, 11, 13, 19, 20, 23, 24, 33, 34, 37, 38, 39, 42, 46, 48, 49, 61, 62, 63, 66, 75, 76, 84, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 145, 146, 150 no valor total de R$ 87.171,62 (oitenta e sete mil e cento e setenta e um reais e sessenta e dois centavos). SP & SP SAUDE PUBLICA SAO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA (47028448000187) com os lotes: 21, 31, 68, 81 no valor total de R$ 74.186,82 (setenta e quatro mil e cento e oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos). 52.778.761 MATEUS AUGUSTO NASCIMENTO SILVA (52778761000172) com os lotes: 117, 118 no valor total de R$ 3.759,00 (três mil e setecentos e cinquenta e nove reais). BICHO WEB SAUDE ANIMAL LTDA (60718874000100) com os lotes: 22, 36, 43, 51, 53, 74, 78, 79, 87, 96, 115, 130, 143, 144, 148, 149, 151 no valor total de R$ 116.896,26 (cento e dezesseis mil e oitocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos). FUTURA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (08231734000193) com os lotes: 80 no valor total de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais). CBP COMERCIO E SERVIÇO LTDA (51091588000177) com os lotes: 64, 65, 83, 116 no valor total de R$ 91.539,00 (noventa e um mil e quinhentos e trinta e nove reais). ELERA MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA (33742700000100) com os lotes: 102, 110, 137, 141 no valor total de R$ 69.553,70 (sessenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e três reais e setenta centavos). REGIONAL AGROPECUARIA E BUSINESS LTDA (34251376000190) com os lotes: 14, 15, 18, 29, 30, 32 no valor total de R$ 124.350,00 (cento e vinte e quatro mil e trezentos e cinquenta reais). SUPRAMIL COMERCIAL LTDA - EPP (11262969000157) com os lotes: 4, 5, 8, 10, 12, 25, 26, 27, 28, 35, 40, 41, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 56, 67, 72, 73, 85, 86, 89, 95, 97, 103, 113, 114, 119, 120, 122, 123, 133, 135, 142, 147 no valor total de R$ 394.556,62 (trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos). PAULO QUINELLI NETO - ME (10742506000120) com os lotes: 2, 45, 69, 71, 121, 124 no valor total de R$ 29.575,00 (vinte e nove mil e quinhentos e setenta e cinco reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ARACATUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Art. 28, I, Lei 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ARAÇATUBA (SP), terça-feira, 26 de maio de 2026
LUCAS PAVAN ZANATTA AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

Secretaria Municipal de Administração

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 18.001/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NAADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO (CARTÕES ELETRÔNICOS MAGNÉTICOS COM CHIP E/OU TECNOLOGIAS SIMILARES OU SUPERIORES), OPERANDO EM ARRANJO FECHADO, VISANDO À CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA, COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A CUSTO ZERO (0%), REFERENTE AO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL SUPLEMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR – BASSA.

DATA DE INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: 01.06.2026 às 09h00, permitindo cadastramento permanente.

LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br)

O edital e seus respectivos anexos estarão disponíveis no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, e no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 08h30 às 17h00.

Bragança Paulista, 27 de maio de 2026.
MARCOS ROBERTO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE/SP

Processo nº 111/2026 — Pregão eletrônico nº 3/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS, COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO E REDE CREDENCIADA DE POSTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE – SP. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO (MENOR TAXA ADMINISTRATIVA).

O edital completo e seus anexos serão disponibilizados aos interessados por meio do site https://bllcompras.com e www.piedade.sp.leg.br a partir do dia 27/05/2026.

Piedade, 26 de maio de 2026.
Adilsom Castanho
Presidente

Prefeitura Municipal de Botucatu

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
WILLIAM DE OLIVEIRA E SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 012/2026
PROCESSO n° 9.801/2026 - UASG 986249 Nº COMPRA 90012/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, EM DIVERSAS VIAS DO CONJ. HAB. CLEMENTE JORGE RONCARI (COHAB 5), NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 28 DE MAIO DE 2026. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07 DE JULHO DE 2026 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA

Secretaria Municipal de Administração

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto na Prefeitura de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DA PREFEITURA DE BRAGANÇA PAULISTA.

DATA DA ABERTURA: 12.06.2026 AS 09:30 HORAS

Os editais estarão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br.

Bragança Paulista, 27 de maio de 2026.
BENEDITO CARVALHO JUNIOR
RESPONDENDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS

Governo do Estado de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Hospital Universitário da USP

CNPJ nº 63.025.530/0085-12

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90126/2026-HU USP - PROCESSO SEI Nº 154 0000 6558/2026-19

Ref.: Alteração de data.

Informamos que foi alterado a data e anexado corretamente no sistema do Compras Gov, o edital de Pregão acima citado.

Nova data: Sessão de Abertura: 11/06/2026 às 09:00 hs.

O edital alterado com a nova data estará disponível no endereço: www.gov.br/compras.

Prefeitura Municipal de Botucatu

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
LAUDO GOMES DA SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 105/2026
PROCESSO n° 7.285/2026 - UASG 986249 Nº COMPRA 90105/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS E CAPAS MODULARES PARA A GCM. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIODAPROPOSTAELETRÔNICA:28DEMAIODE2026.DATA/HORADAABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 DE JUNHO DE 2026 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026 - ABERTURA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS, Estado de São Paulo, torna público que realizará a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA AS EQUIPES DE LINS NOS 68º JOGOS REGIONAIS PELA PREFEITURA DE LINS** – recebimento da Proposta Eletrônica até: 17 de junho de 2026, às 08h30min e Abertura da Sessão disputa de lance: 17 de junho de 2026, às 09h30min. Licitação não diferenciada.

Valor Máximo para contratação **R$ 207.421,83 (Duzentos e Sete Mil e Quatrocentos e Vinte e Um Reais e Oitenta e Três Centavos)**.

Os interessados poderão baixar o edital completo no site: www.lins.sp.gov.br Maiores informações: Unidade de Licitação - Fone: (14) 3533-4280 ou e-mail: licitacao@lins.sp.gov.br.

Lins/SP, 27 de maio de 2026
Fabiano Cristian Oliveira – Secretário de Administração

Governo do Estado de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Hospital Universitário da USP

CNPJ nº 63.025.530/0085-12

Serviço de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01090244152026 - UASG - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços 90055/2026. **Nº Processo:** 154.00002082/2026-39. **Objeto**: LUVA DE CORRER, LUVA DE COBRE E OUTROS. **Total de Itens Licitados**: 16 itens licitados (dezesseis itens licitados). **Valor total da licitação**: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Disponibilidade do edital**: 28/05/2026. **Horário**: das 08h00 às 16h00. **Endereço**: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. **Link do PNCP:** 63025530000104-1-001810/2026. **Entrega das Propostas**: a partir de 28/05/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas**: 12/06/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP.

PREFEITURA DE ITAQUAQUECETUBA

SECRETARIA DE SUPRIMENTOS

AVISO DE EDITAL – Concorrência Pública nº 90011/2026

Edital nº 28 de 27 de maio de 2026. Objeto: contratação de empresa especializada para obras de infraestrutura e serviços complementares no Jardim Pinheirinho II – Secretaria Municipal De Obras – Abertura da sessão: 19/06/2026 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou obtidos mediante entrega de 01 (um) Pendrive, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Rua Vereador José Barbosa de Araújo nº 151, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Itaquaquecetuba, 27 de maio de 2026.
Carla Maria R. Carvalho Manfré
Secretária Municipal de Suprimentos

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 040/2026
Processo DAAE nº 1.585 de 29 de abril de 2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de sistema de gerenciamento remoto para climatização de ambientes - GRCA. Abertura das Propostas: às 09h30min do dia 18 de junho de 2026. **Data e horário de início da sessão de disputa:** às 09h35min do dia 18 de junho de 2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: • https://www.gov.br/pncp/pt-br; • www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 27 de maio de 2026.
Wilian Thomaz Marega - **Superintendente**

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 27/05/2026 22:20:29 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://www.diariodenoticias.com.br*

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676